



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal ABC, da Espanha
Publicada em 19 de abril de 2009**

Jornalista: O que o senhor acha que motivou a decisão do presidente Obama de suspender as restrições às viagens, remessas e comunicações com Cuba? Em relação à Cúpula das Américas, que papel espera que os Estados Unidos desempenhem na região? O senhor acredita que Fidel Castro seja um obstáculo para a integração continental?

Presidente: A Cúpula das Américas é uma grande oportunidade para que sejam relançadas as relações hemisféricas. O presidente Obama já deu mostras de que tem espírito aberto ao diálogo, assim como o presidente Raúl Castro, que disse, seguidas vezes, que está aberto a distender as relações com os EUA. O tema de Cuba, que sequer está na agenda dos trabalhos, tem um grande valor simbólico e um papel nos destinos dos vínculos hemisféricos. As medidas tomadas pela administração Obama são um passo inicial na direção correta – mas é apenas o início. É importante que não se esperem gestos de Cuba para que outros passos sejam dados. A exclusão de um dos países do continente foi um ato unilateral e permanece uma anomalia. Em dezembro passado, todos os líderes latino-americanos e caribenhos, reunidos na Bahia, assinalaram a necessidade de por fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro que hoje vigora contra Cuba.

Jornalista: Qual é a solução comercial que o seu governo propõe para aumentar a competitividade dos bens e serviços que a região produz: a aliança com os EUA em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a alternativa bolivariana da ALBA, um Mercosul que não avança, um acordo de



associação com a União Européia, uma Rodada de Doha emperrada, o mercado asiático...?

Presidente: Creio que se avançou muito em relação à agenda de consolidação do Mercosul. O comércio cresceu exponencialmente desde 1991, passando de US\$ 4 bilhões para o nível de US\$ 30 bilhões nos últimos anos. Há alguns anos, o Mercosul sofreu as conseqüências das políticas econômicas neoliberais, postas em prática na década passada. Hoje, estamos avançando no processo de consolidação de nossa união aduaneira, levando em conta a necessidade de se corrigir as assimetrias. Não reduzimos nosso grau de ambição, ao contrário. Agora o Mercosul conta com um Fundo – ainda modesto – de Convergência Estrutural, do qual o Brasil é o maior contribuinte. Isso demonstra nosso empenho em alcançar uma relação mais equilibrada entre nossos sócios. Estabelecemos com a Argentina um sistema de pagamento de transações comerciais em moedas locais. Com a entrada da Venezuela, o bloco aumentará em densidade econômica e em importância. Avançamos, também, em termos institucionais. Nosso Parlamento será implementado de maneira progressiva. Estamos dando ao Mercosul um caráter de maior amplitude, convertendo-o no centro de coordenação de políticas, não só no campo econômico, mas também no social, ambiental e cultural.

Em relação à Rodada de Doha, a Cúpula do G20, em Londres, reafirmou o compromisso de buscar a conclusão das negociações, como parte de um esforço global para liberalizar o comércio agrícola e resistir ao protecionismo. Ambas são respostas decisivas para amenizar os impactos da crise global. Precisamos pensar nos países mais pobres, que têm mais a perder, se não houver acordo na OMC. Quanto às negociações com a União Européia, houve acordo entre os dois grupos, no sentido de condicioná-las ao término das tratativas na OMC.

Evidentemente, essas linhas de ação não são excludentes, uma vez que



o Brasil sempre buscou diversificar ao máximo seus fluxos comerciais, o que inclui o mercado asiático, atualmente o mais dinâmico do mundo.

Jornalista: Os movimentos transfronteiriços das FARC e dos cartéis de drogas mexicanos e colombianos mostram que o crime organizado prolifera na região. Em que medida o crime organizado pode fazer da América Latina uma narcoregião? Que meios e medidas o senhor acredita que sejam necessários para combater o crime organizado? O senhor acredita que os governos da região estão levando a sério a ameaça? Algumas notícias mencionam a presença de elementos Jihadistas na tríplice fronteira, inclusive o grupo libanês Hezbollah na região. O seu governo detectou movimentos ou atuações de grupos islamitas ou Jihadistas no território brasileiro? Poderá o seu governo solucionar a questão da precariedade das habitações nas favelas do País?

Presidente: É preciso ter presente que não há comércio de drogas sem demanda, sem consumidores. É muito auspicioso, portanto, que o governo Obama tenha reconhecido, de maneira enfática, a responsabilidade prioritária do mercado consumidor norte-americano pelo incremento do consumo de drogas e o agravamento resultante da violência na região. Ao admitir que não haverá vitória contra o narcotráfico sem medidas conseqüentes para conter a demanda, Washington dá um passo importante em direção a uma solução verdadeiramente hemisférica a esse grave desafio. A secretária de Estado, Hillary Clinton, disse que os EUA são “consumidores vorazes” de entorpecentes. A verdade é que o problema do crime organizado é complexo e exige soluções complexas e sistemáticas em nível internacional.

No âmbito da Unasul, está sendo criado um conselho dedicado a combater o narcotráfico. Essa iniciativa, assim como a recente constituição de um conselho de defesa da América do Sul, expressa a determinação de nossa região de assumir, cada vez mais, responsabilidades para encontrar respostas



a seus problemas e desafios. Somente assim estará em condições de estabelecer uma parceria madura e equilibrada para solucionar as ameaças à paz e à segurança hemisféricas.

Os desafios domésticos não são menores. Nossa prioridade maior é garantir a presença do Estado brasileiro em áreas onde o crime organizado opera. Tenho ido pessoalmente a favelas e zonas menos favorecidas lançar programas de saúde, educação e infraestrutura. Estou certo de que temos que combater, ao mesmo tempo, o crime e as causas do crime. Parte da solução para esse complexo problema é a redução da pobreza e das desigualdades. Outra parte é a criação de oportunidades de educação para todos. Já avançamos muito. Vinte milhões de brasileiros migraram das classes D e E para a classe C. A renda das famílias aumentou consideravelmente. Há mais pessoas com acesso à água, saúde e energia elétrica. Com o Programa Bolsa Família, que beneficia 11 milhões de famílias, criamos incentivos para manter as crianças e os jovens nas escolas. Construimos novas universidades e escolas técnicas. Estamos fortalecendo e aperfeiçoando as instituições que aplicam as leis, incluídos a polícia e o judiciário.

Jornalista: O Brasil é um potência energética com novas jazidas de petróleo, uma potência militar que constrói submarinos nucleares... O seu país aspira entrar no G8, como a Espanha, ou em um G3, com a China e os Estados Unidos diretamente?

Presidente: A consolidação de fóruns como o G20 financeiro e o G8+5 demonstra que já não se pode mais excluir os países em desenvolvimento das instâncias decisórias mundiais. Os países ricos sabem que não se pode falar em governabilidade global sem a participação dos países emergentes em fóruns dessa natureza. Creio que nossa ação internacional tem contribuído para reforçar a consciência de que a inclusão das grandes nações do Sul



nesse diálogo não é apenas saudável, mas indispensável.

Sobre o tema de energia, apesar de termos descoberto novas jazidas de petróleo, seguiremos defendendo a criação de um mercado mundial de biocombustíveis que conte com grande número de produtores no mundo em desenvolvimento. Vejo os biocombustíveis como uma importante ferramenta para gerar empregos e renda no campo, aumentar a segurança energética e democratizar a estrutura produtiva de energia no mundo. Hoje a produção de petróleo está concentrada em 15 países. Os biocombustíveis poderiam ser produzidos em 120 países, muitos dos quais totalmente dependentes de importação de petróleo. Precisamos assinalar também o potencial desses combustíveis renováveis na luta contra as mudanças climáticas. Desde os anos 70, com o uso do etanol, o Brasil deixou de emitir 800 milhões de toneladas de CO².

No terreno da defesa, estamos avançando no processo de modernização de nossas forças armadas. Não houve investimentos nas últimas duas décadas. Queremos recuperar a capacidade da nossa indústria de defesa e seu grande potencial para aportar inovação tecnológica. Nossa política se fundamenta na prevenção e leva em conta as características do País – grande dimensão e fronteiras terrestres e marítimas extensas.

Jornalista: Como o senhor gostaria que os brasileiros se recordassem do presidente Lula no futuro?

Presidente: Meu governo gostaria de ser lembrado como o primeiro que governa para todos e não só para uma reduzida parcela da população. Como o presidente que não mediu esforços para melhorar a vida de todos os brasileiros – e alcançou resultados concretos. Gostaria que o povo brasileiro se lembrasse de mim como alguém que lutou por um país com mais justiça social e igualdade. Menos pobreza. Mais oportunidades e perspectivas. Um país cujas



imensas riquezas cheguem a todos os brasileiros. Um país mais respeitado no cenário internacional e ocupando o lugar que lhe cabe.

A luta contra as desigualdades sociais sempre pautou minha trajetória política. Hoje, seis anos e três meses depois de chegar à Presidência da República, já transformamos o Brasil em um país mais justo e próspero. Nossa ação reduziu efetivamente a pobreza – quase 10 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema. Ao mesmo tempo, conduzimos a economia de modo prudente e responsável, conscientes de que a inflação e a instabilidade afetam de forma severa a vida da gente. Criamos mais de 10 milhões de empregos. O salário mínimo teve uma elevação real de 53%. Porém, em tempos de crise, necessitamos continuar a crescer e a distribuir os frutos desse crescimento.

Jornalista: O que fará Lula quando não estiver na Presidência?

Presidente: Em 1º de janeiro de 2011, quero ir para minha casa descansar. Depois, veremos. O que posso adiantar desde agora é que não tenho a intenção de abandonar a vida pública.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa

Entrevista do Presidente da República

(\$31DHKM)